

Cumprimento de Sentença

► **liquidação de sentença:** a liquidação se insere no processo de conhecimento e é a última atividade antes que tenha início a fase de cumprimento de sentença.

É principalmente utilizada pl título executivo judicial, mas também é possível sua utilização pl o título executivo extrajudicial.

► **2 modalidades de liquidação:** arbitramento e proc. comum

► A liquidação por arbitramento será utilizada quando "determinado pela sentença, convencionado ~~pelo juiz~~ pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação". Será realizada por documentos juntados pelas partes ou, se o juiz entender insuficiente pl chegar ao valor do dano, por perícia.

► A liquidação pelo procedimento comum ocorrerá quando "houver a necessidade de alegar e provar fato novo", ou seja, é possível ampla produção de provas.

► importante:

A liquidação por cálculo deixou de ser tratada como modalidade de liquidação no sistema atual.

Contudo, é necessária a indicação do valor exato a ser executado pl o início do cumprimento de sentença.

► no código anterior, havia a liquidação por cálculo, liquidação por arbitramento e liquidação pelo procedimento comum.

No CPC atual, há somente as duas modalidades mencionadas.

► **Requisitos** necessários pl o cumprimento de sentença:

I. inadimplemento / exigibilidade: o não cumprimento espontâneo da obrigação fixada na sentença

II. título executivo judicial: documento que traduz uma obrigação e permite o início da fase de cumprimento de sentença.

Art. 515 CPC → DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL

@beatriznamiestudies

apesar de não ser proferida por um magistrado togado, por opção legislativa a sentença arbitral é um título executivo judicial.

Do cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia pela Fazenda Pública: no antigo CPC se falava apenas em execução contra a Fazenda, mesmo em relação a título judicial.

Contudo, apesar de se aplicar o cumprimento de sentença, não se aplica à Fazenda a multa por o não pagamento em 15 dias, considerando a própria sistemática do regime de precatórios e requisição de pequeno valor.

Art. 534 CPC → regula a petição que dá início ao cumprimento, que deverá trazer um completo demonstrativo de débito. Trata-se de demonstrativo igual ao que deve ser apresentado na execução e no cumprimento de sentença.

se houver mais de um exequente, cada um deverá apresentar seu próprio demonstrativo.

impugnação do cumprimento de sentença deverá ser apresentada no prazo de 30 dias.

Do cumprimento de sentença para obrigação de pagar:

Art. 516 CPC → competência para a fase de cumprimento de sentença.

Em relação à natureza do cumprimento, conforme a estabilidade do título executivo, é possível que o cumprimento de sentença seja provisório ou definitivo.

utiliza-se o cumprimento definitivo quando se tratar de decisão transitada em julgado ou não mais passível de impugnação, como a sentença arbitral.

Já a execução provisória é utilizada quando:

I - a decisão ainda não transitou em julgado, e o recurso interposto não foi recebido no efeito suspensivo, ou seja, so-

mente é dotado de efeito devolutivo.

II- na tutela provisória

art. 520 CPC → possibilidade de alteração da decisão exequenda;

I- corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;

II- exigência de caução p/:

- a) levantamento de dinheiro e
- b) atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade.

art. 521 CPC → é possível que a caução seja dispensada

* os requisitos não são cumulativos. @beatriznamiestudies

* a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, após transcorrido o prazo p/ pagamento voluntário. No caso de débito alimentar, sequer é necessário o trânsito em julgado p/ o protesto.

* **impugnação**: a impugnação ao cumprimento de sentença é a defesa do executado prevista no CPC p/ a fase de cumprimento de sentença.

O prazo p/ impugnar é de 15 dias, contados a partir do término do prazo de 15 dias p/ o pagamento voluntário.

- há prazo em dobro no caso de litisconsortes com advogados distintos.